



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **quatorze dias de setembro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros
3 municipais de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião
4 extraordinária dando as boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura das pautas,
5 sendo: **I. Informes; II. Votação da Ata de 24 de agosto; III. Apresentação e discussão do**
6 **quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde e as suas demandas; IV.**
7 **Apresentação, discussão e deliberação da Lei Orçamentária Anual – Exercício 2012 e a Peça**
8 **Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.** Falou que será necessário realizar uma
9 eleição para substituir um conselheiro municipal de saúde titular, representante dos
10 movimentos sociais, uma vez que o Sr. Carlos Firmino foi desligado por faltas e os quatro
11 suplentes empataram na eleição. **I. Informes:** o Sr. Gerardo falou sobre a delegação de
12 campinas que participou da VIª Conferência Estadual de Saúde, a qual fez a diferença, pois a
13 conferência tinha uma característica “pelega”. Falou que a delegação escreveu uma carta a
14 qual distribuiu a todos os presentes. Informou sobre a campanha em defesa do CEREST com
15 manifestações diárias, sendo no dia 01 de outubro, das 09 às 12 horas, onde ocorrerá um
16 ato público em defesa do CEREST, na frente da catedral; no dia 17 de setembro, ocorrerá
17 uma panfletagem na frente da Catedral. Falou que o Conselho Nacional de Saúde e outros
18 grupos e segmentos estão organizando a Primavera da Saúde, sendo uma vitória na
19 Conferência Estadual de Saúde. Falou que no dia 28 de setembro, o Congresso Nacional
20 votará a EC 29. Informou que, no dia 27 de setembro, haverá uma manifestação nacional em
21 Brasília, para pressionar o Congresso a votar a EC 29, onde Campinas deverá enviar um
22 ônibus. O Sr. Gedeão falou sobre o Conselho Local de Saúde do Centro de Saúde Santa Lúcia
23 e que os conselheiros reforçaram a reclamação sobre o funcionamento da unidade. Realizou
24 a leitura e protocolou na Mesa Diretora. O Sr. Trombetta falou que, mesmo depois de matar
25 as capivaras, a Vigilância em Saúde continua com problemas, como as Mansões Santo
26 Antônio. Falou que as capivaras graúdas continuam na Prefeitura, em vários setores,
27 inclusive na Vigilância Sanitária. Informou que recebeu uma intimação da Delegacia
28 Seccional de Campinas que foi encaminhada aberta ao prefeito. Falou para o Sr. Porsani e
29 para o Sr. José Carlos, que quando outras intimações forem encaminhadas, estas deverão
30 ser fotocopiadas e encaminhadas aos conselheiros com a máxima urgência, sendo que esta
31 fora entregue em cima da hora, prejudicando a presença de uma das pessoas intimadas.
32 Falou que denunciou este fato ao Ministério Público e para a Delegacia e solicitou que toda
33 intimação seja dirigida ao presidente ou ao secretário executivo. A Sra. Eloísa falou que
34 nesta terça-feira, dia 20 de setembro, às 18 horas e 30 minutos, na reunião do Conselho
35 Distrital de Saúde da Sudoeste terá uma pauta de Vigilância e convidou a todos os
36 conselheiros da sudoeste, para discutir a vigilância dos próprios. O Sr. Armando realizou a
37 leitura do documento que escreveu sobre um episódio ocorrido no Pronto Socorro do
38 Complexo Hospitalar Ouro Verde. Encaminhou uma cópia à Mesa Diretora. O Sr. José Carlos
39 falou ser profissional de Enfermagem lembrando que existem muitos outros profissionais de
40 Enfermagem presentes. Expressou sua revolta e indignação com os fatos ocorridos no



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 domingo anterior, onde, pela primeira vez na história do COREN, todos os profissionais
42 foram obrigados a votar na eleição para a Diretoria do órgão. Falou que a espera média era
43 de três a quatro horas, onde a fila dava voltas no quarteirão, com pessoas passando mal,
44 marcadas pela falta de estrutura mínima, como falta de banheiros ou água. Falou que em
45 algumas cidades do estado, as urnas foram lacradas e a votação encerrada, pela ação da
46 Polícia Militar. Falou que os conselheiros de saúde devem atuar na fiscalização das ações da
47 saúde, devendo atentar a estes fatos, envolvendo o COREN. Propôs uma moção de repúdio,
48 para ser votada no CMS e encaminhada ao COREN a esta total falta de compromisso e
49 responsabilidade para com os profissionais de Enfermagem. O Sr. Rodrigo divulgou um
50 evento, que ocorrerá na próxima sexta-feira (23 de setembro), em Campinas, I Encontro
51 Estadual dos Centros de Convivência do Estado de São Paulo, a ser realizado com uma
52 parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Regional de Psicologia, sendo a
53 intenção trazer para Campinas, pois o município é um dos poucos que possuem este serviço
54 implantado. Explicou que existem muitas realidades diferentes em cada um dos doze
55 serviços cadastrados. Falou que foi apresentada ao CMS a Câmara Técnica de Saúde Mental,
56 elaborado pelo Fórum da Saúde Mental, contendo as políticas de implantação da Saúde
57 Mental. Falou que se inscreveu para duas comissões, porém as reuniões ocorrem em
58 horários que não permitem a sua participação. Solicitou que possa ser discutido de que
59 forma as agendas podem ser organizadas para garantir a participação de todos os
60 interessados. O Sr. Bruno falou sobre a Conferência Estadual de Saúde, a qual teve muitos
61 problemas, tais como a definição do local de sua realização até a realização do evento em si.
62 Afirmou que a Secretaria Estadual de Saúde, aparentemente, “largou mão” da organização
63 da conferência e da sua valorização. Falou que, em nenhum momento, o Secretário Estadual
64 de Saúde esteve presente na conferência, sendo que apenas uma pessoa representou o
65 Secretário na abertura da Conferência. Apontou que, após a abertura, a Secretaria Estadual
66 de Saúde não esteve presente na conferência, mesmo em momentos onde o Ministro da
67 Saúde esteve conversando com os delegados. Falou sobre a presença e participação
68 exemplar da delegação de Campinas. Solicitou que o Conselho Municipal de Saúde coloque
69 no site e no blog a carta e as moções para disponibilização. O Sr. Edmilson falou que no dia
70 01 de julho, o jornal Correio Popular realizou uma matéria com o Dr. Saraiva, onde fora
71 afirmado que a Secretaria Municipal de Saúde realizaria um levantamento e um estudo para
72 verificar a possibilidade de construção do Centro de Saúde do Parque Jambreiro. Falou que
73 no dia 28 de julho protocolou ofício cobrando esses estudos, o qual não obteve resposta até
74 o presente. Cobrou o Dr. Saraiva sobre a resposta. Falou que foi na Policlínica, na Avenida
75 Campos Salles, onde ganhou uma caneta, sendo que todo o lote destas canetas não
76 funciona. O Sr. Felipe falou que fora procurado pelo Serviço Social do CAISM, onde estão
77 tendo sérios problemas com o retorno de pacientes de radioterapia, onde os pacientes
78 passarão por procedimentos que durariam apenas trinta a quarenta minutos e tem que
79 esperar até as 22 horas para o retorno. Gostaria de solicitar um esclarecimento e uma
80 reunião para resolver essa questão. Afirmou que faz parte da nova diretoria sindical do



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 Sindicato da UNICAMP. Convidou a todos para o seminário de planejamento da diretoria e
82 para a participação dos movimentos contra a autarquização do Hospital das Clínicas da
83 UNICAMP, sendo, na prática, transferir todo o complexo para a iniciativa privada. A Sra.
84 Teresinha falou que a carta que o Sr. Armando leu foi contemplada na reunião de ontem do
85 Conselho Local do CHOV. Colocou-se chateada e aborrecida, pois enquanto ocorrem as
86 críticas aos prontos-atendimentos, não se discute o problema do atendimento básico de
87 saúde, que deveria funcionar nas unidades básicas de saúde. Argumentou ser impossível
88 resolver os problemas da Urgência/Emergência sem discutir os problemas da rede básica, a
89 qual deveria ser as portas do sistema de saúde. O Sr. José Carlos informou sobre o convite
90 do Programa Municipal DST/AIDS de Campinas, para a participação em seu Plano de Ações e
91 Metas, que deverá ocorrer no dia 21 de setembro, no Salão Vermelho. Informou ainda sobre
92 o seminário online sobre acolhimento, o qual o CMS tem uma vaga para gestores, uma vaga
93 para trabalhadores e duas para usuários. O Sr. Saraiva agradeceu a presença do Sr. Luís
94 Verano, Secretário Municipal de Recursos Humanos e do Sr. Nilson, diretor da Secretaria
95 Municipal de Recursos Humanos. Falou sobre as questões trazidas pela Sra. Teresinha e pelo
96 Sr. Armando, sendo que ambas abordam o problema de recursos humanos, como a
97 necessidade de concurso público e a fixação de médicos. Falou sobre a deficiência de
98 médicos na rede municipal de saúde nos prontos socorros e na atenção básica. Colocou que
99 entende que o assunto será abordado na pauta de hoje, devendo ser esgotado nesta
100 reunião. Informou que a construção do centro de saúde do Parque Jambeiro foi estudado e
101 realizado uma avaliação técnica e, considerando o crescimento populacional, será instalada
102 uma unidade, aguardando o desembargamento das obras, onde já fora aprovada
103 tecnicamente a construção da unidade, que dividirá o território do San Martin e informou
104 que vem ocorrendo uma negociação, junto com o desembargamento das obras, existe uma
105 negociação para acelerarmos a construção, entrando no pacote de obras que devem ser
106 realizadas, sem depender de licitação, ou seja, construindo a unidade em tempo rápido,
107 sendo que já fora aprovado. Falou sobre o transporte sanitário, trazido pelo Sr. Felipe e
108 afirmou que a questão deve ser discutida, para que as usuárias do CAISM tenham o retorno
109 garantido. **II. Votação da Ata de 24 de agosto:** o Sr. Porsani informou uma correção, na linha
110 84, onde se lê setembro, leia-se agosto. Em processo de votação, o Conselho Municipal de
111 Saúde **APROVOU** a ata de 24 de agosto, com 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções.
112 O Sr. Porsani falou sobre a necessidade de recompor a vaga dos Movimentos Sociais e
113 explicou que os quatro suplentes ficaram empatados no momento da eleição. Sugeriu
114 realizar uma rápida eleição para a recomposição, garantindo a participação deste segmento
115 já na reunião de hoje. Chamou os suplentes envolvidos, sendo a Sra. Maria de Fátima, a Sra.
116 Soeli e o Sr. Elzito. Após uma rápida apresentação, os conselheiros usuários realizaram a
117 votação, com o seguinte resultado: Sr. Elzito, com 03 (três) votos; a Sra. Maria de Fátima,
118 com 05 (cinco) votos e a Sra. Soeli Gava, com 14 (quatorze) votos; portanto, assume a
119 titularidade a Sra. Soeli Gava e como primeira suplente, a Sra. Maria de Fátima. **III.**
120 **Apresentação e discussão do quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 **Saúde e as suas demandas:** a Sra. Sílvia Carmona realizou a apresentação do atual quadro
122 de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo os profissionais do
123 Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, do Complexo Hospitalar Ouro Verde, do Serviço de Saúde
124 “Dr. Cândido Ferreira” e da PUCC. Falou sobre a necessidade de profissionais, sobre as
125 solicitações de concursos públicos para a Secretaria de Recursos Humanos e sobre os cargos
126 que serão criados no próximo concurso público. O Sr. Luís Verano informou que recebeu o
127 convite com responsabilidade e a preocupação em estar aqui à noite, pelo respeito que
128 passou a ter pelo conselho. Falou que teve uma reunião preliminar com a Comissão
129 Executiva e sentiu a participação de todos os atores do CMS e o trabalho de dedicação e
130 doação dos conselheiros. Falou que o profissional da saúde tem que ser diferente, sendo
131 que os conselheiros do CMS representam um papel, o qual passou a admirar, com
132 responsabilidade. Agradeceu o convite para a presente reunião. Falou que irá tratar aqui
133 objetivamente, claramente e transparente os assuntos que tem a colocar. Primeiro,
134 informou que será realizado um concurso público agora, sendo que será disparado para a
135 imprensa. Afirmou ter comentado em uma coletiva sobre as trezentas vagas que serão
136 abertas. Explicou que existe uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde, onde a
137 estratégia de montar o concurso e fazer a divulgação das trezentas vagas. Explicou que não
138 se pode ser leviano e divulgar uma quantidade de vagas que, talvez, não se tenha condições
139 de realizar as contratações, porém existem condições de realizar um concurso abrindo várias
140 especialidades e contratando profissionais de acordo com as verbas de Campinas, o que tem
141 sido realizado. Explico que a quantidade de vagas que constará no edital é devido uma
142 exigência do Tribunal de Contas, onde aponta a obrigação de contratar os profissionais
143 indicados no edital. Porém não impede que sejam nomeadas quantidades além do edital.
144 Falou que deverá ocorrer uma tentativa de atender a demanda da Saúde, dentro do
145 orçamento, com as contratações podendo ser feitas a qualquer momento. Apresentou que
146 serão abertas vagas para auxiliares de consultório dentário, agentes de saúde, auxiliares de
147 Enfermagem, técnicos de Enfermagem – ressaltando conhecer que muitos auxiliares
148 possuem o curso de técnicos, dentistas, farmacêuticos e para dezenove especialidades
149 médicas. Informou que, provavelmente, o edital para o concurso seja publica em meados de
150 outubro. Devido ao grande número de inscrições (vinte e dois), o Sr. Porsani sugeriu que
151 cada um fale dois minutos, garantindo a participação de todos. O Sr. Trombeta falou que
152 dois minutos são difíceis de discutir a crise de recursos humanos da Saúde. Questionou
153 quantos comissionados existem na Prefeitura de Campinas e se entram na Lei de
154 Responsabilidade Fiscal. Falou que se sabe que existem muitos, mas não o número exato.
155 Afirmou que o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” tem funcionado em vários outros
156 setores que não a saúde, onde contratou agentes sanitários, o que é proibido, pois estes
157 profissionais tem que ser concursados. Informou que existem várias cidades sendo
158 enquadradas em artigos da Lei do SUS, por terceirizar o programa de saúde da família. Falou
159 que foram necessários seis anos para chegar à conclusão que a Saúde necessita de mais
160 profissionais. A Sra. Soeli falou sobre a sua preocupação com a questão da falta de recursos



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 humanos na região Noroeste, com os problemas de aluguel de uma casa, com uma psicóloga
162 para abrir um CAPS, que falta naquela região. Falou que a casa está montada e parada, por
163 falta de RH e equipamentos para o funcionamento do CAPS Ad. Falou sobre a necessidade
164 de pensar na questão que o RH diminuiu e a população aumentou, com a construção de
165 vários empreendimentos residenciais e com aumento da demanda de usuários do SUS. Falou
166 que não foi previsto o aumento de RH e sobre as unidades a serem inauguradas sem o
167 quadro de RH constituído. A Sra. Wilma falou sobre as unidades básicas em reformas e
168 outras a serem construídas e sobre as promessas de expansão de unidades de saúde e
169 algumas expansões imobiliárias. Perguntou se existe a ideia de ampliar os serviços e
170 contratar mais funcionários, observando as necessidades destes novos serviços. Falou que as
171 enfermeiras do SSCF iriam ser mandadas embora, no dia 20 de maio, sendo contratadas
172 outras enfermeiras do concurso. Afirmou que as enfermeiras do concurso já assumiram seus
173 cargos e as enfermeiras do SSCF não foram demitidas ainda. Afirmou que estas enfermeiras
174 questionaram ao RH quando seriam demitidas e forma informadas que não seriam
175 demitidas neste momento e que deveriam esperar. Perguntou o quanto deveria ser
176 esperado, uma vez que as enfermeiras que passaram no concurso já assumiram seus cargos.
177 Realizou questionamento sobre os médicos lotados no HMMG e que prestam serviços em
178 outras unidades de saúde e na SMS. Afirmou que o documento apresentado é muito vago
179 para discutir a questão do RH, pois não constam os valores dos convênios com a GOCIL,
180 Única, SSCF e quanto se paga para essas instituições gerenciarem os funcionários. Perguntou
181 se o concurso está sendo em cima do dimensionamento do COREN, de acordo com o
182 número de profissionais por pacientes. A Sra. Francisca afirmou que o problema de RH é
183 gritante, para quem trabalha na pinta, que sofre e se sabe que o número que será
184 contratado é irrisório, devido ao grande volume de aposentadorias e adoecimentos. Falou
185 sobre o tratamento dos trabalhadores da saúde, na relação do trabalhador e Saúde do
186 Trabalhador, relacionados com os engenheiros do trabalho. Citou como exemplo a questão
187 dos agentes de saúde. Argumentou que o trabalho dos agentes de saúde é insalubre em
188 todo o Brasil, menos em Campinas, o que prejudica muito o trabalho da categoria. Falou
189 sobre a isonomia de tratamento, perguntando como os trabalhadores de saúde da família
190 recebem um incentivo para trabalharem em uma determinada área e os agentes de saúde
191 não recebem. Falou que a questão de contratação de RH é absurda, onde existem
192 trabalhadores contratados pela prefeitura e outros contratados pelo SSCF. Perguntou sobre
193 o Centro de Saúde Santa Rosa, onde não existe a expectativa de contratação de RH, com
194 uma área extensa, perguntando para quando ocorrerá a contratação de agentes e a
195 regularização do quadro de agentes de controle de endemias, pois os mesmos estão
196 contemplados na mesma lei, que regulamentou a função dos agentes de saúde. A Sra.
197 Filomena parabenizou a Sra. Sílvia Carmona, pela apresentação de uma forma ampla, o que
198 é necessário no CMS para realizar a discussão de forma aberta, acrescentando no
199 funcionamento da SMS. Perguntou sobre a sua preocupação, afirmando que entendeu a
200 lógica do edital do concurso, porém quando se pensa no concurso desta magnitude, mesmo



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 que não se coloque todos os cargos, deveriam ser citados todos os cargos que serão
202 chamados ao longo tempo. Falou que a Vigilância em Saúde há muitos anos necessita de
203 muitos profissionais, sendo que somente conseguem chamar um número muito pequeno de
204 profissionais e poucos cargos de outros concursos. Explicou que existe um vazio muito
205 grande e uma necessidade de prover outros cargos para a VISA, tais como farmacêuticos e
206 biólogos. Falou que a única forma de contratação destes cargos para trabalhar na VISA é
207 através de concursos públicos. Solicitou que se faça uma discussão mais aprofundada sobre
208 a necessidade de recursos humanos da SMS, abrangendo a VISA. A Sra. Maria Helena
209 perguntou sobre os estagiários, os quais apareceram como vínculo com a PMC. Perguntou
210 quais as áreas de atuação dos estagiários. Apontou não ter visto a citação de médicos
211 psiquiátricos na relação apresentada. A Sra. Izabel colocou-se triste e indignada com coisas
212 que vem acontecendo na saúde. Falou sobre a necessidade de muitas horas de discussão e
213 para definir as necessidades dos usuários. Afirmou que a apresentação é muito bonita no
214 papel, porém não condiz com a realidade dos usuários. Afirmou que os técnicos da gestão
215 nem conhecem os centros de saúde. Afirmou que vem ocorrendo concursos para médicos
216 quase todos os anos, onde os médicos entram na rede e vão embora. Perguntou o que será
217 feito com os médicos que saem da rede. Perguntou se a SMS analisou o problema das saídas
218 dos médicos, procurando identificar os problemas e as formas de solucioná-los. Informou
219 que o seu centro de saúde perdeu uma médica geriatra. Protestou que existem muitas
220 questões para discutir sobre o RH, sendo pouco apenas dois minutos. Falou sobre a
221 necessidade de discutir a fixação dos médicos na saúde pública de Campinas. Informou que
222 mais um médico deixará o Centro de Saúde Perseu Leite de Barros, o qual ficará bem
223 desfalcado em seu quadro de médicos. O Sr. Mendes afirmou que a reunião fora marcada
224 para discutir uma solução para o problema de RH da Saúde e não para ser apresentado o
225 atual quadro de recursos humanos. Falou que há muito tempo o CMS tem tentado resolver
226 esse problema. Falou que entram na Lei de Responsabilidade Fiscal os funcionários da
227 Saúde. Apontou que se nota que muitos funcionários públicos são contratados como “cabide
228 de empregos”. Perguntou por que não se pega esses profissionais e recoloca-os em locais
229 que necessitam de pessoas para trabalhar, que estão com seus funcionários
230 sobrecarregados. Falou sobre as farmácias populares, as quais são uma fachada, pois as
231 medicações que existem na farmácia popular são os mesmos que existem nas unidades
232 básicas de saúde. Falou sobre o problema que existem funcionários ruins que deveriam ser
233 punidos. A Sra. Maria Gil falou que em abril, fez um ano que o Centro de Saúde Santa Lúcia
234 tem problemas sérios em seu quadro de recursos humanos. Falou ainda que esta unidade
235 tem sofrido com a questão do ICV, o qual deve ser discutido urgentemente. Falou sobre os
236 problemas com a especialidade médica Oftalmologia, onde os usuários têm esperando
237 longos períodos para serem atendidos. O Sr. Gerardo apontou ficar contente com a fala do
238 Sr. Verano, o qual afirma ter respeito para com o CMS, sendo que não fora a mesma postura
239 que o Dr. Saraiva fez em fevereiro, onde simplesmente tratou o CMS como se não existisse,
240 mandando para a Câmara dos Vereadores uma lei para privatizar a gestão do Complexo



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 Hospitalar Ouro Verde e outros serviços públicos. Apontou esperar que um dia o Dr. Saraiva
242 explique a besteira que fez ao encaminhar essa lei à Câmara dos Vereadores. Apontou que
243 os profissionais que fizeram a tabela teriam êxito se tivesse ocorrido uma prestação de
244 contas do quadro de recursos humanos. Porém, para cumprir as resoluções da Conferência
245 Municipal de Saúde, a apresentação não serve. Falou que a Conferência aprovou a resolução
246 que afirma que a SMS devem apontar quais profissionais estão faltando, área por área,
247 serviço por serviço, especialidade por especialidade, e ver os recursos que serão deslocados
248 para estes profissionais serem contratados. Afirmou que é papel do secretário de saúde e de
249 sua equipe que o alerte o que fora decidido. Exemplificou com a questão do agente
250 comunitário de saúde, onde na lei, deve cuidar de 180 (cento e oitenta) e 300 (trezentas)
251 pessoas. Na realidade, em Campinas, um agente de saúde cuida de 700 (setecentas) a 1.000
252 (mil) pessoas. Questionou como um profissional pode trabalhar nessas condições. Repudiou
253 a Secretaria Municipal de Saúde que, segundo ele, nem sequer se preocupou com as
254 resoluções da Conferência. A Sra. Márcia afirmou ser difícil pensar em tudo o que fora dito
255 em apenas dois minutos, pois são tantas informações, porém faltam análises. Falou que o
256 limite da Lei de Responsabilidade Fiscal encontra-se em 46% (quarenta e seis por cento), que
257 é algo totalmente decisiva para as estratégias que serão adotadas. Questionou a projeção do
258 impacto apresentado, pois não incorpora o impacto do dissídio. Questionou o impacto do
259 quadro de recursos humanos na LRF, projetando o aumento das arrecadações do município.
260 Falou sobre a necessidade de realizar uma análise da capacidade de absorver novos cargos.
261 Falou que a rede pública vive o caos, onde o número, aparentemente grande, não atende a
262 necessidade. Afirmou que a LRF é um crime com a saúde, pois a saúde se faz com pessoas.
263 Apontou que existem no SSCF 1.380 (mil, trezentos e oitenta) profissionais, onde, no
264 mínimo, esses profissionais deveriam ser absorvidos pelo concurso público. A Sra. Marlene
265 falou que não se pode esquecer que quem está ponta trabalha diretamente com a vida
266 humana. Diz que não se sentiu bem com a apresentação do gráfico sobre afastamentos por
267 doenças dos profissionais da saúde, comparando os dias trabalhados com os dias afastados
268 de quem está doente. Afirmou saber bem essa situação, pois por um longo período fez parte
269 deste quadro. Percebeu que se fala de trabalhadores, usuários e doenças, mas que o próprio
270 trabalhador não é atendido adequadamente. Afirmou que os trabalhadores adoecem
271 cuidando da saúde de outras pessoas, sendo que a saúde deveria promover a saúde e não
272 somente tratar a doença. Falou que o trabalhador, lidando somente com a doença, acaba
273 por adoecer; e ao adoecer, acaba caindo em uma perícia muito fria, que não olha o
274 trabalhador como ser humano e sim, como um número. Perguntou quais são as políticas
275 práticas para os trabalhadores para resgatar a qualidade de vida e trazer este trabalhador de
276 volta ao trabalho, e não somente deixa-lo encostado. O Sr. José João perguntou sobre o
277 Centro de Saúde Satélite Íris, quanto à promessa do prefeito de construção da unidade e a
278 desapropriação da área. Falou que participa do Conselho Local de Saúde do Centro de Saúde
279 do Jardim Florence, e que nunca conseguiu participar de uma reunião onde a coordenação
280 falou que a equipe estaria completa. Falou que o Centro de Saúde do Jardim Rossim será



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 inaugurado. Falou sobre os empreendimentos imobiliários que estarão sendo inaugurados e
282 sobre o aumento demográfico, com o aumento da demanda de atendimento pela saúde
283 pública. Perguntou como é planejado o atendimento dessas demandas, sendo que existem
284 demandas sem atendimento desde 2003. Cobrou a ampliação do Centro de Saúde do Jardim
285 Floresta. O Sr. André retomou a questão do Sr. Mendes, onde mais do que deparar nos fatos
286 que o CMS está cansado de enfrentar, é necessário discutir quais são as alternativas e
287 soluções. Afirmou que todos são contrários à LRF, porém a discussão sobre essa lei deve ser
288 cobrada por movimentos nacionais, como a Primavera da Saúde, a qual tem que tomar
289 como ponto central de suas reivindicações, além de discutir o financiamento da saúde, para
290 quebrar o estrangulamento o qual a saúde vem enfrentando. Falou que é necessário discutir
291 a saída de imediato, onde ou se traça outras estratégias de curto, médio e longo prazo para
292 evitar a desassistência, ou se permite que os usuários fiquem desassistidos. Afirmou que os
293 estrangulamentos do SUS não são poucos. Falou que é necessário discutir a questão, da
294 construção do SUS, sob o ponto de vista estrutural e como enfrentar os obstáculos com
295 propostas de médio prazo, que apontem para soluções mais definitivas e como enfrentar os
296 problemas com soluções a curto prazo, como os problemas apontados por vários
297 conselheiros, sendo um desafio não permitir que a população fique desassistida. O Sr.
298 Mariante falou sobre o respeito ao CMS e acrescentou a Conferência, onde seria importante
299 que nesta previsão do concurso se explicitasse que medidas são previstas para a ampliação
300 do quadro para dar conta da municipalização e da retomada do controle da gestão do CHOV,
301 sendo uma decisão do CMS que deve ser respeitada e cumprida. Ressaltou que a questão da
302 gestão do CHOV não pode ser tratada de forma separada e sim, que deve ser enfrentado e
303 apontado no edital. Falou que nas categorias de profissionais, algumas das funções não
304 estão previstas, sendo que uma coisa é prever um chamamento maior, porém se não tiver
305 no edital, não será possível contratar. Perguntou as justificativas para a não inclusão dos
306 cargos não abordados pelo concurso. Perguntou se existe uma previsão de algum outro
307 concurso que possa justificar a ausência destes cargos. O Sr. Almeida, do Centro de Saúde
308 Sosas e conselheiro do Orçamento Participativo, perguntou por que não fora investido em
309 saúde em Sosas, em um hospital com atendimento 24 horas neste distrito, o qual tem
310 vários problemas de saúde e habitação. Falou sobre um projeto de R\$ 500.000,00
311 (quinhentos mil reais), para ampliação do Centro de Saúde Sosas. Perguntou de que forma
312 a SMS poderia melhorar a saúde na região. Falou que teve um amigo que morreu por falta
313 de atendimento, uma vez que o SAMU demorou muito para ir para o local e que o Centro de
314 Saúde não possuía um desfibrilador. A Sra. Juliana afirmou não ser possível falar de
315 dimensionamento sem discutir o modelo de atenção à saúde, onde se devem discutir as
316 questões de condições de trabalho, fixação dos profissionais, sucateamento da rede, onde
317 estas questões estão interligadas. Apontou que quando a Sra. Sílvia fala da lógica da saúde
318 da família, é um sonho, distante da realidade, pois o Programa de Saúde da Família tem
319 9.000 (nove mil) pessoas sendo atendidas por uma equipe de PSF, sendo que a lógica diz que
320 cada equipe deve atender 2.000 (dois mil) habitantes, ou seja, mais que o dobro que é



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 preconizado. Falou sobre a avaliação de desempenho, melhoria de serviço, porém uma
322 forma de valorizar o servidor é dimensionar corretamente o trabalho e melhorar as
323 condições de trabalho. Falou que quando se analisa que a solução para este problema é a
324 contratação de um quadro de profissionais, abrangendo somente dezenove especialidades,
325 é um grande desapontamento e uma grande frustração. Falou que os agentes de saúde que
326 serão contratados cobrirão o déficit que já existia e não uma ampliação real do quadro de
327 funcionários. Perguntou sobre a contratação do assistente de saúde bucal. Afirmou que o
328 concurso ajudará no problema, mas não o solucionará de vez. Falou sobre a necessidade de
329 contratação de psicólogos e terapeutas ocupacionais, os quais não estão abrangidos neste
330 concurso. A Sra. Marina falou sobre a ampliação da oferta de serviços e de unidades, mas
331 que existe um nítido achatamento do quadro de funcionários da SMS. Afirmou que com isso
332 se percebe a reflexão deste quadro no serviço, sendo claros os prejuízos aos usuários.
333 Afirmou que fixação de profissionais não se trata apenas de salário, e sim de condições de
334 trabalho e estímulos ao crescimento profissional. Solicitou esclarecimentos sobre esse
335 concurso, onde pareceu que haverá o concurso, mas não terá uma contratação imediata e
336 sim um cadastro de reserva. Falou que as pessoas contratadas provavelmente serão
337 demitidas caso não passem no concurso público. Falou que não existe oferta de serviço na
338 área dos NASFs. Cobrou a estratégia de revisão de dimensionamento, que deve ser
339 encaminhado pelo CMS. A Sra. Eloísa falou sobre o planejamento de RH, na saúde e na
340 Prefeitura de Campinas, com a falta de planejamento de contratações, onde existem locais
341 com profissionais chegando a toda hora e locais que não existem novos profissionais. Falou
342 que as condições de trabalho acabam refletindo na doença e na produção do trabalhador,
343 que se sente preocupado em não dar contas da demanda. Falou sobre o descaso geral na
344 questão da saúde. Falou sobre a necessidade de discutir o dimensionamento do RH de forma
345 séria e do olhar para as condições de trabalho. Afirmou que não adianta contratar vários
346 trabalhadores e não discutir e resolver as questões das condições de trabalho. O Sr. Porsani
347 falou que todos colocaram questões novas. Falou sobre uma situação discutida na Comissão
348 Executiva, a qual fora aprovada na IXª Conferência Municipal de Saúde de Campinas, onde
349 fora debatida a questão de RH, com vários apontamentos. Falou sobre a deliberação de criar
350 uma comissão permanente com a SMS para debater as questões dos Recursos Humanos,
351 ICV, dimensionamento de profissionais. Propôs a criação dessa comissão, onde existe um
352 acordo com a SMS, com a necessidade de sua urgente criação. Sugeriu que a comissão seja
353 composta por 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) usuários e 02 (dois) trabalhadores, para
354 serem votados na próxima reunião. Sugeriu que o pleno vote a criação da comissão na
355 presente reunião e os seus candidatos na reunião do dia 21 de setembro. O Sr. Verano
356 respondeu ao Sr. Trombetta explicando que existe uma lei que autoriza o município de
357 Campinas a possuir 1.667 (mil, seiscentos e sessenta e sete) cargos comissionados, dos quais
358 875 (oitocentos e setenta e cinco) são de provimento de servidores de carreira,
359 exclusivamente, sobrando 792 (setecentos e noventa e dois) cargos. Explicou que destes,
360 existem providos somente 678 (seiscentos e setenta e oito) cargos em Campinas, sendo que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 477 (quatrocentos e setenta e sete) cargos são de pessoas de fora de Campinas e 201
362 (duzentos e um) cargos são de carreira. Explicou que destes 477, 20 (vinte) são conselheiros
363 tutelares eleitos. Explicou que os cargos comissionados englobam os secretários municipais
364 e os diretores. Sobre a insalubridade, respondeu que é necessário respeitar a lei, onde
365 existem profissionais que avaliam o grau de insalubridade. Apontou não ter como fugir de
366 uma análise técnica. Afirmou que fora elevado o salário dos agentes de saúde ao piso da
367 Prefeitura de Campinas. Para a Sra. Filomena, falou que pode discutir a quantidade de
368 especialidades, porém deve ser homologado o concurso até 90 (noventa) dias antes da
369 eleição, prejudicando áreas demandantes hoje sem a contratação. Para a Sra. Izabel, falou
370 sobre os médicos e defendeu que é uma área importante na saúde, sendo a fixação um
371 problema grave, de dificuldade de nível nacional de prover os cargos de médicos. Afirmou
372 que está sendo analisado para completar o salário dos médicos com os ICVs, para verificar a
373 possibilidade de aumentar a fixação nos cinturões contemplados pelo ICV. Afirmou que já
374 discutira o assunto sobre a assistência da urgência e emergência na Câmara dos Vereadores,
375 sendo que se necessita de médicos para amanhã e a contratação por concursos leva, em
376 média seis meses, existindo uma grande preocupação com a urgência e emergência, sendo
377 necessária encontrar uma saída. Falou sobre a necessidade de discutir o assunto de forma
378 responsável, pois o problema da LRF é de todos os setores públicos. Ressaltou que a
379 contratação de médicos plantonistas é um problema grave. Falou que a LRF é uma lei que
380 existe e deve ser cumprida. Ressaltou que existe um sério problema, onde Campinas está
381 atingindo em 45% no limite da LRF, já assimilado o reajuste não é um valor real, pois deve se
382 computar o CHOV e SSCF e o auxílio refeição, chegando à casa de 64% da receita corrente
383 líquida da PMC. Explicou que os psicólogos não serão colocados agora no concurso, pois foi
384 contemplado recentemente, assim como engenheiros. Explicou que o concurso não é um
385 cadastro reserva, pois nem permitido é. Explicou que se colocar no edital 100 (cem) vagas,
386 devem ser nomeadas 100 (cem) pessoas, mas podem ser nomeadas 300 (trezentas) pessoas,
387 com estratégia ligada ao orçamento. Falou que não tem, hoje, disponibilidade para anunciar
388 1.500 (mil e quinhentas) vagas, pois não existe a possibilidade de contratar todos esses
389 profissionais. Explicou que a PMC deve ainda a primeira parcela do 13º salário dos servidores
390 e que deve ser pago logo, sendo que não pode prometer demagogicamente cargos que não
391 serão viáveis contratar. Falou que, à medida que o orçamento for melhorando, ocorrerão
392 mais contratações. Ressaltou que as despesas assumidas não tem como voltar atrás. O Sr.
393 Saraiva falou que o Prefeito Demétrio anunciou o corte de vários comissionados e deverá
394 continuar anunciando e crê que essa prática vá ajudar a compor e ampliar a base de
395 servidores concursados sem impacto na LRF. Sobre a questão apontada pela Sra. Filomena,
396 afirmou que reascende o debate de incluir novos cargos e verificar como seria possível fazê-
397 lo, por conta da questão da autoridade sanitária e comprometeu-se a conversar com o
398 Prefeito e com o Sr. Verano para incluir mais cargos destinados a VISA. Falou que o mau
399 servidor deveria ser punido de forma ágil, não podendo se esconder atrás da estabilidade.
400 Respondeu que a Oftalmologia tem perspectiva de ampliar os recursos para o CHOV e



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 ampliar as ofertas de consultas e procedimentos, inclusive na Beneficência Portuguesa, a
402 qual possui capacidade instalada para isso, para minimizar a fila, a qual é enorme.
403 Concordou com a fala da Sra. Márcia, onde diz a LRF fere completamente os princípios da
404 assistência em saúde multidisciplinar, intersetorial e que representa valores ínfimos, se
405 comparados com países do primeiro mundo. Falou sobre a necessidade de encaminhar essa
406 discussão para níveis superiores, para tentar romper as amarras que afetam diretamente a
407 saúde e a educação, sendo áreas que dependem de seres humanos para fazer os seus
408 trabalhos. Sobre o Satélite Íris, respondeu que o projeto está em fase de desapropriação,
409 sendo que está em trâmite, neste momento na Secretaria de Assuntos Jurídicos. Sobre o
410 Jardim Florence, afirmou que a questão de recursos humanos passa pela demanda trazida
411 pelo Sr. José João. Afirmou que está terminando de licitar a reforma do Centro de Saúde do
412 Parque Floresta, inclusive com recursos na conta do Fundo Municipal de Saúde. Em relação à
413 municipalização do CHOV, alegou que esteve com a Comissão Executiva, onde afirmou a
414 necessidade de imediatamente dar sequência à discussão dessa deliberação do CMS, sobre a
415 municipalização do CHOV. Afirmou ter conversado com o Prefeito, onde este solicitou o
416 máximo de serenidade para reabrir o debate, informando que já conversara com a Dra. Lenir
417 e com o Dr. Nelson, onde se comprometeu a abrir a discussão de criar mecanismos para a
418 criação de uma fundação pública de direito privado. Falou sobre a necessidade de atender a
419 este pleito, pela municipalização do CHOV, ou a criação de instrumentos do controle da
420 gestão pública da CHOV, com servidores públicos. Esclareceu que o projeto das Organizações
421 Sociais fora enviado para a Câmara pela Prefeitura e não pela Secretaria Municipal de Saúde,
422 onde fora encaminhado pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e pelo Prefeito,
423 sendo que passava por ações da SMS na área de gestão de RH. Falou que, assim como o Sr.
424 Verano falou, expressou sua preocupação em fazer a gestão de RH em um município de um
425 milhão de habitantes, dentro da LRF e das amarras orçamentárias. Argumentou que essa
426 tarefa é árdua para qualquer gestor. Afirmou que essa questão se encontra na pauta do
427 COSEMS, CONASEMS e do Ministério da Saúde, sendo que as dificuldades são enormes.
428 Concordou que a OS não é a melhor solução, onde a experiência de fechamento de leitos do
429 CHOV por desequilíbrio de orçamentário foi muito dolorida, diferente do HMMG e do HC,
430 com a clareza que o serviço público não pode ter amarras e que o paciente precisa ser
431 acolhido. Falou que concorda com a necessidade de buscar outros caminhos. Finalizou
432 dizendo que esta há 05 (cinco) anos na frente do SMS, veio ao CMS em 03 (três) gestões de
433 presidentes diferentes, sendo o Sr. Ercindo, o Sr. Pedro Humberto e o Sr. Porsani, e diz que
434 aprendeu muito com o CMS, com clima de respeito e reciprocidade. Afirmou que participou
435 de 02 (duas) conferências e expressou o agradecimento de, através do convívio, poder
436 encaminhar muitas informações às secretarias meio, o que permitiu alguma construção para
437 a saúde de Campinas. Falou que todos os conselheiros têm trazido grandes construções para
438 a saúde de Campinas. A Sra. Sílvia respondeu, em relação a VISA, que já discutira diversas
439 vezes, que a exclusividade de servidores é o cargo de autoridade sanitária, sendo que a
440 contratação pelo SSCF é para ajudantes de controle ambiental. Afirmou que de maneira



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



441 alguma podem misturar os dois cargos e alegou que existem somente servidores
442 concursados para a autoridade sanitária. Para a Sra. Wilma, respondeu que não foram
443 apresentados os convênios por entender que os convênios já foram apresentados em outros
444 momentos, porém quando se fala da questão de álcool e drogas e da questão da
445 implantação do consultório de rua, falou sobre a necessidade de lembrar que os convênios
446 têm repasse finito, com valores estabelecidos, com repasse da PMC, com complexidade
447 grande e não simplesmente implantar o serviço, devendo analisar se existem recursos, se
448 está inserido no plano de trabalho do convênio, sob pena de não conseguir realizar os
449 projetos. Explicou que os contratos são administrados pelo Departamento Administrativo,
450 tanto da Única quanto da Gocil. Falou que pode ser levantado e trazido para a discussão os
451 valores pagos no montante. Alegou que, por trabalhador, é pago à Única R\$ 2.200,00 (dois
452 mil e duzentos reais) com o material vinculado e para a GOCIL é pago R\$ 5.500,00 (cinco mil
453 e quinhentos reais) por posto de trabalho vinte e quatro horas diárias. Sobre a questão dos
454 estagiários remunerados, explicou que são apresentados nas áreas desejadas, com processo
455 de seleção em conjunto com Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Saúde e a
456 Central Integrada Ensino Escola. Explicou que são estagiários remunerados que vem
457 individualmente desenvolver suas atividades, tais como educadores físicos. Explicou que os
458 psiquiatras estão dentro da categoria médica. Em relação ao Sr. Gerardo, concordou que o
459 tempo é curto para discutir a questão do RH. Afirmou que a Comissão deverá ajudar muito,
460 no trabalho conjunto, e no aprofundamento da discussão de questões como a relação de
461 trabalho e da saúde do trabalhador. Concordou com a fala da Sra. Márcia, onde falou que
462 saúde se faz com gente. Explicou que a apresentação não abordou, mas são 701 (setecentos
463 e um) trabalhadores do SSCF nessa necessidade, sendo programada a saída progressiva dos
464 trabalhadores do SSCF, de acordo com os concursos que vem sendo realizados. Afirmou que
465 tem prioridades em relação aos NASF, onde logicamente se deve olhar para categorias
466 diferentes das que existem hoje. Explicou que o NASF abrange educadores físicos,
467 nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais e diversas outras
468 categorias. Explicou que um trabalhador trabalha, em média, 220 (duzentos e vinte) dias ao
469 ano, onde fora apresentado esse número transformando em horas trabalhadas completando
470 (comparando) com horas em afastamento. Agradeceu o momento, pois é importante
471 discutir o trabalho em saúde e os trabalhadores, na sua singularidade e na sua coletividade,
472 sendo essa discussão complexa. O Sr. Porsani agradeceu a todos e encaminhou a sugestão
473 de votar a comissão indicada na IXª Conferência e que os nomes sejam referendados na
474 próxima reunião. O Sr. Gerardo falou sobre o encaminhamento apontado pelo Sr. Mariante,
475 onde afirmou que várias especialidades e cargos não constavam na lista passada pelo Sr.
476 Verano. Solicitou que constasse na ata que as especialidades e os profissionais sejam
477 adequados dentro do orçamento e que fossem discutidos junto com a Comissão. Afirmou
478 existir uma resolução da Conferência fala sobre a obrigação de apresentar a necessidade de
479 contratação da Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Sílvia falou que fez um documento em
480 relação à necessidade de cargos e categorias dentro da Saúde. Falou que todas as categorias



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



481 discutidas foram colocadas e apresentadas para a Secretaria de Recursos Humanos.
482 Informou que esse documento já fora protocolado. A Sra. Izabel solicitou que o concurso
483 tenha começo, meio e fim, onde, caso contrário, o concurso sendo realizado em outubro,
484 somente em março serão contratados os médicos, sendo que a saúde não pode esperar
485 todo esse tempo. Falou que não se pode deixar esse tempo aberto para a realização do
486 concurso. O Sr. Porsani respondeu que a comissão deverá abranger esses dois pontos
487 trazidos. O Sr. Xavier falou que, em reunião do Conselho Distrital de Saúde do Distrito SUL,
488 fora apontada que a polêmica da cidade é a questão da Saúde Mental, onde deve ser visto
489 com urgência. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA** a criação da
490 comissão para a discussão sobre Recursos Humanos, por unanimidade. O Sr. Porsani
491 explicou que para a discussão da Peça Orçamentária da Saúde, a ser realizada na próxima
492 semana, a SMS ainda não entregou a documentação necessária para análise dos
493 conselheiros, sendo que o material não seria enviado dentro do prazo estabelecido. Falou
494 ainda que o CMS deve discutir a peça orçamentária, para garantir tempo da implantação das
495 demandas do CMS, antes de ser encaminhada à Câmara dos Vereadores. O Sr. Gerardo
496 solicitou que os usuários se reunissem às 18 horas, para discutir a participação dos usuários
497 na Comissão de Recursos Humanos. O Sr. Rodrigo solicitou que as comissões criadas no CMS
498 devem ter as suas datas apontadas nos informes, para garantir a participação de todos os
499 conselheiros. O Sr. Porsani agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião.
500 Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho
501 Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.